

Ementa

Conceitos básicos e questões práticas sobre a interação entre os campos da psicologia e do direito. Noções introdutórias da relação entre psicologia e direito, bem como a definição e o histórico da psicologia jurídica no Brasil. Interações entre a psicologia e as diversas ramificações do direito: direito penal; direito civil e de família; direito do trabalho; direito da criança e do adolescente. Técnicas de resolução alternativa de conflitos e a dimensão ética da psicologia perante o sistema judiciário.

Temas

1. Psicologia jurídica
2. Psicologia e as diversas ramificações do direito
3. Psicologia forense e a responsabilidade penal
4. Psicologia criminal e vitimologia
5. Métodos alternativos de resolução de conflitos

Referências bibliográficas

- ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- AZEVEDO, M. A. & Guerra, V. N. Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. A Psicologia ou as psicologias. In: Bock, A. M. B., Furtado, O., & Teixeira, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologias. (pp. 15-28). 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- CARRARA, S. Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. Rio de Janeiro: Eduerj/Edusp, 1998.
- CARVALHO, Maria Cristina Neiva de; MIRANDA, A6:118Vera Regina. Psicologia Jurídica. Temas de Aplicação. Curitiba: Juruá, 2007.
- FIORELLI, J. O.; MANGINI, R. C. R. As funções mentais superiores (a síndrome de Pirandello). In: J. O., Fiorelli, & R. C. R., Mangini. Psicologia jurídica. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2020, p. 24-71.
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- FURNISS, T. Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- GOFFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1961.
- HUSS, M. Psicologia forense: Pesquisa, prática clínica e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- LAGO, V. M.; AMATO P.; TEIXEIRA, P.; ROVINSKI S. L. R.; BANDEIRA, D. R. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. Estudos de Psicologia, 26(4), 483-491, 2009.
- MARAFIGA, C. V.; COELHO, E. R.; TEODORO, M. A alta progressiva como meio de reinserção social do paciente do manicômio judiciário. Mental (Barbacena), v. 1, p. 77-95, 2009.A6:118
- MIRA Y LOPES, E. Manual de Psicologia Jurídica. São Paulo: LZN, 2012.
- QUINTELA, A. C. O; MARAFIGA, C. V. As funções do ego e a dinâmica da mediação familiar. In: Trindade, J. & Molinari, F. (orgs.). Temas de Psicologia Forense. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2015.
- ROVINSKI, S. L. R. Avaliação Psicológica no Contexto Forense. In: M. N. et al., Baptista. Compêndio de Avaliação Psicológica. Petrópolis: Vozes, 2019, p. 311-321.
- ROVINSKI, S. L. R. Fundamentos da perícia psicológica forense. São Paulo: Vetor, 2007.
- SERAFIM, A. de P.; SAFFI, F. Psicologia e práticas forenses. Barueri: Manole, 2014.
- SILVA, L. G., ASSIS, C. L. Inimputabilidade penal e a atuação do psicólogo jurídico como perito. Direito em debate, 39, 2013, p. 122-143.
- TRINDADE, J. Manual de psicologia jurídica para os operadores do direito. 4. ed. São Paulo: Livraria do

Advogado, 2010.